






**PRIMEIROS PASSOS NA CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO INSTITUTO  
FEDERAL CATARINENSE, CAMPUS IBIRAMA**

**FIRST STEPS IN BUILDING THE HISTORY OF THE INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE, CAMPUS IBIRAMA**

Recebido em: 19/06/2022

Aceito em: 10/07/2022

Flávia Regina Back<sup>1</sup>   
Rosiane Magalhães de Lima<sup>2</sup>   
Reginaldo Leandro Placido<sup>3</sup> 

**Resumo:** Este trabalho está inserido numa pesquisa maior que busca construir uma história sobre o processo de implantação do Instituto Federal Catarinense - *campus* Ibirama, sob a perspectiva dos profissionais da educação. Nesta etapa busca-se a construção da fundamentação teórica, com a descrição e reflexão dos conceitos de educação profissional, cultura escolar e história das instituições escolares. O objetivo geral desta investigação bibliográfica é identificar o contexto da história da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil, no momento da criação do IFC *campus* Ibirama, promovendo o registro da história e memória desta instituição, de modo a contextualizar a realidade da cultura escolar no período de sua criação. Como resultado inicial é possível afirmar que este trabalho contribuiu para a construção de um referencial teórico, contendo os indicativos a serem trilhados pela pesquisa em suas próximas etapas.

**Palavras-chave:** História das Instituições Escolares. Educação Profissional e Tecnológica. Cultura Escolar. Instituto Federal Catarinense. Campus Ibirama.

**Abstract:** This work is part of a larger research that seeks to build a history about the implementation process of the Instituto Federal Catarinense - *campus* Ibirama, from the perspective of education professionals. In this step, the construction of a theoretical foundation is sought, with the description and reflection of the concepts of professional education, school culture, and the history of school institutions. The general objective of this bibliographic research is to identify the context of the history of the Federal Network of Professional Education in Brazil, at the time of the creation of the IFC *campus* Ibirama, promoting the registration of the history and memory of this institution, in order to contextualize the reality of school culture in the period of its creation. As an initial result, it is possible to state that this work contributed to the construction of a theoretical framework, containing the indicatives to be followed by the research in its next steps.

**Keyword:** History of School Institutions. Professional and Technological Education. School Culture. Federal Institute Catarinense. Campus Ibirama.

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense. E-mail: [frback1986@gmail.com](mailto:frback1986@gmail.com)

<sup>2</sup> Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense. E-mail: [rosianemagalhaes@gmail.com](mailto:rosianemagalhaes@gmail.com)

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (ProfEPT) do Instituto Federal Catarinense. E-mail: [profereginaldo@gmail.com](mailto:profereginaldo@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), no contexto da Lei nº 11.892/2008, trouxe a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a fusão de instituições de educação profissional preexistentes e a abertura de novos *campi*. Neste trabalho será abordada a criação do Instituto Federal Catarinense, campus Ibirama, sob a perspectiva da fundamentação teórica, descrição e reflexão dos conceitos de educação profissional, educação profissional e tecnológica, cultura escolar e história da instituição escolar.

A discussão da fundamentação teórica e do contexto da criação dos Institutos Federais é uma das etapas de pesquisa em andamento, no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), pólo IFC Blumenau. Este trabalho integra o projeto de pesquisa intitulado Leme - Laboratório de Espaços e Memórias da Educação Profissional e Tecnológica de Santa Catarina, com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc). A pesquisa maior, que abriga esta etapa, busca construir uma história sobre o processo de implantação do IFC, *campus* Ibirama, no período de 2010 a 2015, sob a perspectiva dos profissionais da educação. A etapa da pesquisa apresentada neste texto, concentra-se na obtenção das informações conceituais, a partir de pesquisa bibliográfica, com a finalidade de definir as categorias a serem exploradas na seleção de documentos e na realização das entrevistas na continuidade da pesquisa.

O objetivo geral é identificar o contexto da história da Rede Federal, no momento da criação do IFC *campus* Ibirama, promovendo o registro da história e memória desta instituição, de modo a entender a realidade da cultura escolar no período. Para a construção do *corpus* do presente estudo, na busca de literatura que estabeleça um diálogo com a pesquisa, valeu-se de investigação junto às bases de dados científicos do Portal de Periódicos da CAPES e SciELO, considerando o recorte das produções publicadas no período de 2016 a 2021.

Como resultado inicial é possível afirmar que este trabalho contribuiu para a construção de um referencial teórico. Com o objetivo de guiar o constructo da história da instituição escolar utilizando documentos e entrevistas. De modo a possibilitar a elaboração do portal para realização de *tour virtual*, espaço proposto para o registro da memória e história do *campus* Ibirama do Instituto Federal Catarinense.

## HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E CULTURA ESCOLAR

A construção da história das instituições escolares ultrapassa os seus registros oficiais, pois envolve documentos para além da própria instituição e dos sujeitos participantes do processo histórico. Elementos diversos que contam a história da instituição escolar, sem a devida análise, podem passar despercebidos e não serem considerados nos registros históricos que possam ser realizados. Como explica Magalhães (2004, p. 67), “a história das instituições educativas é um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos”. Esses sujeitos agem com propósitos e perspectivas para a execução de suas atividades, sem se dar conta de que esta ação é a construção da história institucional. O processo histórico é amplo, e possui múltiplas facetas que se transformam em inúmeras possibilidades de registro e construção, e a investigação do período de implantação de uma instituição escolar deve possuir um objetivo que justifique a pesquisa. Neste sentido, Nosella e Buffa, afirmam que

[...] **não se trata apenas de desenterrar histórias e vultos significativos do passado da instituição escolar estudada.** Ainda que a busca do passado apresente sempre um sutil e instigante fascínio, tal motivação não é suficiente para justificar tanto trabalho de pesquisa e tanto emprego de energias; quando muito, pode alimentar, nos educadores, saudade de um passado que, frequentemente, parece ter sido mais glorioso. De outro lado, **essas pesquisas** - como aliás, qualquer outra - **por si só, não formam educadores comprometidos com as transformações sociais desejadas,** simplesmente porque não determinam o livre-arbítrio dos homens. Entretanto, **um instrumento para uma nova compreensão da história da escola, eleva o conhecimento de seus profissionais; aumenta a responsabilidade de suas opções** (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 31, grifo nosso).

Assim, a construção do registro histórico não se trata apenas de lembrar saudosamente o passado da instituição escolar, mas a lembrança com propósito. No caso deste trabalho, tem-se a proposta da análise das relações que a escola construiu ao longo de sua implantação, focando na atuação dos profissionais da educação que atuaram em determinado período, e qual o impacto dessas relações na consolidação da instituição escolar na comunidade. A história da instituição escolar não é isolada da sociedade onde está inserida. Isso significa que sua história é constituída das interações entre os sujeitos que nela atuam, seja como profissional da educação, seja como estudante ou como membro da comunidade de seu entorno. Para entender esta história, a pesquisa deve ir além dos muros do espaço educativo

A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço. Desenvolve-se, desde os aspectos

morfológicos, funcionais e organizacionais até aos aspectos curriculares, pedagógicos e vivenciais, numa complexa malha de relações intra e extramuros, cuja evolução se apresenta profundamente marcada pela sua inscrição nas conjunturas históricas locais (MAGALHÃES, 2004, p. 124).

Como descrito por Magalhães (2004), a história deve considerar as relações construídas no processo educacional, seja entre os profissionais da educação, entre os estudantes e a instituição ou ainda a entre a instituição e a sociedade onde está inserida. Assim, considera-se que estas relações retratam a cultura escolar própria de cada instituição. Observa-se a utilização do termo cultura escolar para identificar as relações existentes na instituição escolar, um ambiente único com valores, estrutura, normas, procedimentos e ritos próprios que constroem uma cultura ímpar, impossível de ser reproduzida por repetição. Julia (2001) descreve a conceituação de cultura escolar como

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Ainda sobre a cultura escolar, chama a atenção a conceituação que Vinão Frago (1995) apresenta, preferindo abordar a expressão no plural, como culturas escolares, ou ainda um

[...] “conjunto de aspectos institucionalizados” — incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos — la historia cotidiana del hacer escolar —, objetos materiales — función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición... —, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos organizadores que la conforman y definen. De entre ellos elijo dos a los que he dedicado alguna atención en los últimos años: el espacio y el tiempo escolares. Otros no menos importantes, como las prácticas discursivas y lingüísticas o las tecnologías y modos de comunicación empleados, son ahora dejados a un lado (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68-69)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> “conjunto de aspectos institucionalizados” - inclui práticas e comportamentos, estilos de vida, hábitos e ritos - a história diária do trabalho escolar -, objetos materiais - função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbolismo, introdução, transformação, desaparecimento ... -, e modos de pensamento, bem como significados e ideias compartilhados. Alguém dirá: tudo. E sim, é verdade, a cultura da escola é toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, formas de pensar, dizer e fazer. O que acontece é que neste conjunto existem alguns aspectos que são mais relevantes do que outros, no sentido de que são elementos organizadores que o constituem e definem. De entre eles escolho dois aos quais tenho prestado alguma atenção nos últimos anos: o espaço e o tempo da escola. Outros não menos importantes, como práticas discursivas e linguísticas ou

Outro autor que discute a questão da cultura escolar é Chervel (1990), que problematiza quanto ao sistema escolar, seus agentes e o espaço social, suas relações, estruturas e mudanças

[...] porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui e é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente indivíduos, mas uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, unificar a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990, p. 184).

A cultura escolar é passível de ser utilizada como abordagem de pesquisa, na construção da história de uma instituição escolar, como Faria Filho *et al.* (2004) creem que

[...] os estudos sobre cultura escolar têm permitido desnaturalizar a escola e empreender estudos sobre o processo mesmo de sua emergência como instituição de socialização nos tempos modernos. Articulada aos estudos do processo de escolarização, tal perspectiva traz, desde logo, a necessidade de pensar a relação da escola com as outras instituições responsáveis pela socialização da infância e da juventude, principalmente com a família, a Igreja e o mundo do trabalho (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 154).

Assim, a cultura escolar compreende as relações entre a instituição escolar e os demais agentes da sociedade à qual ela pertence. Placido, Benkendorf e Todorov (2021), ao analisarem as relações entre escola e sociedade na história das instituições, afirmam que

[...] a cultura escolar percebida e vivenciada no ambiente escolar dialoga com seu contexto local imediato de alguma forma, seja reproduzindo, recriando ou influenciando este contexto. Por isso, lançar um olhar para a história de uma instituição escolar, nos obriga a situar e identificar a complexidade de elementos e relações que as emolduram, especialmente da própria cultura escolar e de como a escola dialoga com a sociedade (PLACIDO; BENKENDORF & TODOROV, 2021, p. 183).

A identificação das relações dos sujeitos na escola, deve considerar como eles

[...] desenvolvem suas práticas a partir de seus lugares, de suas posições no interior de um sistema de forças assimétricas. Tais práticas, no entanto, não visam apenas a operacionalização destas ou daquelas prescrições, mas objetivam produzir lugares de poder/saber, inteligibilidades e sentidos para a ação pedagógica escolar junto às novas gerações (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 151).

---

tecnologias e os modos de comunicação empregados são agora postos de lado. (VINÃO FRAGO, 1995, p. 68-69, tradução nossa).

Ainda neste sentido, Placido, Benkendorf e Todorov (2021) apresentam como proposta metodológica de abordagem a *porosidade* e a *permeabilidade*, como categorias de análise sob a perspectiva da cultura escolar. O autor e autoras, atribuem à palavra porosidade o sentido dos “espaços da instituição escolar, seja no sentido físico ou social” e à palavra permeabilidade o sentido de “diálogo e trânsito de ideias que perpassam a escola” (ibidem, p. 192), de forma que as ideias permeiam os espaços (poros) num fluxo interativo.

Considerando a busca documental que permitirá a análise dos textos normativos e projetos pedagógicos, dois pontos que devem ser observados, conforme destaca Julia (2001, p. 19) “[...] os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas; mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola”. De forma que na pesquisa em andamento, optou-se por trabalhar inicialmente com a documentação que representa, conforme metáfora de Julia (2001, p.13) “a “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular”. A partir do exposto compreende-se que a cultura escolar é parte integrante e indissolúvel da história das instituições escolares, onde cada instituição escolar cria sua própria cultura, no desenvolvimento das atividades diárias, pela ação dos sujeitos.

## **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

O trabalho, segundo Saviani (2007), é a diferença fundamental entre o animal e o ser humano, pois os seres humanos agem sobre a natureza, adaptando-a às suas necessidades. Historicamente, pode-se identificar desde que a humanidade produziu seus próprios meios de sobrevivência e adaptou a natureza às suas necessidades, ela produz sua própria vida material. O ser humano, como afirma Saviani (2007), ao agir sobre a natureza, acabava por ensinar às gerações mais jovens, o processo de produção dos meios de sobrevivência, ou seja, trabalhando, ensinava a trabalhar. Neste sentido, "trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa." (SAVIANI, 2007, p. 152).

Desse modo, a história da educação e do trabalho coincidem com a própria história da humanidade, durante este processo de transmissão do conhecimento, empírico e experimental, passando por etapas de validação, aprimoramento e apreensão das experiências e práticas vividas. Porém, é necessário que não se pense no cidadão e em sua educação voltada apenas para o trabalho, deve-se pensar em uma formação humana integral. Este cidadão terá uma

formação para o trabalho, mas não exclusivamente, propiciando uma formação, que utiliza o trabalho também como princípio educativo (KUENZER, 2000, p. 21).

O percurso da educação formal no Brasil tem seu início no período colonial com a chegada dos jesuítas ao país. O modelo jesuíta perdurou por mais de dois séculos, atendendo ao interesse português de não se criar um sistema educacional estatal no Brasil, até o século XVIII. Entretanto, com o declínio de Portugal na Europa, as atenções voltaram-se ao Brasil e o Marquês de Pombal, responsável pela reorganização da administração de Portugal, expulsou os jesuítas e instituiu a escola estatal, trazendo ao panorama educacional brasileiro uma aproximação com outras nações europeias, mais avançadas à época. A mudança educacional

Não se tratou da substituição de um sistema pedagógico por outro. Foi muito mais profundo, pois se tratou da extinção de uma organização escolar, sem que fosse acompanhada de medidas imediatas para suavizar as consequências de tal decisão (CASTRO; PLACIDO & MEDEIROS, 2019, p. 40).

A nova organização escolar não funcionou como o esperado, pois a colônia diferia e muito de Portugal. Por isso, e pela Lei da Reforma dos Estudos de 1772, foram instituídas as regras para as *Aulas Régias* nas principais cidades do país, mantidas como escolarização primária. Enquanto o movimento educacional focou apenas na formação e qualificação de mão de obra para atender à família real - com a criação de instituições científicas, culturais, ensino técnico e cursos de nível superior, que pavimentaram a trilha para os primeiros passos da educação profissional institucionalizada no Brasil.

Em 1809, no período do Império, a educação profissional tem seu marco com a criação do Colégio das Fábricas, que segundo Fonseca (1961, p. 94) “em ordem cronológica, o primeiro estabelecimento que o poder público instalava em nosso país, com a finalidade de atender a educação dos artistas e aprendizes”. Na década seguinte, a Constituição do Império de 1824 garantia o direito à “Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos” e o Ato Adicional à Constituição de 1834 extinguiu as *Aulas Régias* e estabeleceu a descentralização da instrução pública primária e secundária, a ser gerenciada pelas províncias (CARDOSO, 2005; GONÇALVES 2013).

A partir de 1840, várias instituições educacionais de formação profissional foram criadas em atendimento às necessidades do período imperial instalado no país. Cordão (2005) traz que nas décadas seguintes, casas de educandos e artífices com a finalidade de conter a “criminalidade e a vagabundagem” foram abertas, seguidas pelos “asilos da infância e dos

meninos desvalidos”, a fim de educar os menores e após os encaminhar ao trabalho, com cunho meramente assistencialista

[...] herdado do período imperial, isto é, de um ensino profissional voltado para os menos favorecidos e socialmente, para os órfãos e demais “desvalidos da sorte”. Paulatinamente, entretanto, à essa orientação assistencialista, focada no atendimento a menores abandonados, foi sendo agregada uma outra orientação, considerada cada vez mais relevante, que é a de preparar operários para o trabalho (CORDÃO, 2005, p. 45).

O sentido da “preparação de operários para o trabalho” permaneceu na transição do período imperial para o período da primeira república, reforçado em 1906, quando Afonso Pena assume a Presidência da República e, ao discursar em sua posse, já deixa clara a sua diretriz de governo para o ensino técnico profissionalizante, vinculando-o ao desenvolvimento industrial: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (BRASIL, 2017, p. 2).

Ainda em 1906, Nilo Peçanha, então Governador do Rio de Janeiro, criou três “escolas de ofícios” e uma “escola de aprendizagem agrícola”, com o Decreto nº 787/1906. No mês de julho de 1909, em virtude do falecimento de Afonso Pena, ao assumir a Presidência da República, Nilo Peçanha institui por intermédio Decreto nº 7.566/1909, as Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA) distribuídas por dezenove estados brasileiros, permanecendo assim até a revolução de 1930 (BRASIL, 2017, p. 2), sempre mantendo o caráter assistencial.

A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 transformou as Escolas de Aprendizizes Artífices em Liceus, o que Castro, Placido e Medeiros (2019, p. 62) informam ser o surgimento da “educação profissional técnica de nível médio e com características mais focadas em aspectos educativos”, enquanto a Constituição de 1937 dispõe sobre a educação vocacional pública

Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937b).



A Reforma Capanema, entre 1942 e 1946, apresentou um conjunto de Leis Orgânicas, apresentada por Castro, Placido e Medeiros (2019, p. 62), como a equiparação do

[...] ensino profissional e técnico ao nível médio, e os Liceus passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas (EIT's) e, assim, permaneceu até o final da década de 1950, quando Juscelino Kubitschek as transformou em Escolas Técnicas Federais (ETF's), com autonomia pedagógica e administrativa (CASTRO; PLACIDO & MEDEIROS, 2019, p. 62).

A reforma reforçou a dualidade educacional, conforme Cordão (2005) pontua

De um lado, tínhamos a educação secundária, normal e superior, destinada a “formar as elites condutoras do país”, e de outro, o ensino profissional, cujo objetivo primordial era o de oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitavam ingressar precocemente na força de trabalho (CORDÃO, 2005, p. 47).

Na sequência, em 1961, é promulgada a primeira legislação específica para a área, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), por meio da Lei nº. 4.024/1961, que trouxe, pelo menos no papel, a superação da dualidade educação para a elite e para os desvalidos da sorte, conforme Schenkel pontua

Essa Lei, dentre outros aspectos, estabeleceu a plena equivalência entre os cursos de mesmo nível, sem a necessidade de exames e provas de conhecimentos, ao equiparar o ensino profissional, do ponto de vista da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico. Com essa Lei, ao menos formalmente, foi superada a dualidade entre ensino para as “elites” e ensino para os “desvalidos da sorte” (SCHENKEL, 2012, p. 122).

Em 1964, ocorre o golpe militar e desponta, conforme Araújo (2019, p. 45), “[...] uma “nova” proposta de reforma do ensino - a Lei nº 5.692/71. Esta lei reforma a “Educação de Grau Primário” e a “Educação de Grau Médio”, instituindo o “Ensino de 1º e 2º graus, alterando substancialmente a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação”. Por meio da mesma Lei nº 5.692/1971, a educação profissional é universalizada de forma obrigatória ao nível médio, concebida para dar ao estudante uma profissão. Conforme descrito por Cordão (2005, p. 49) “para frear a corrida dos novos concluintes do então ensino de 2º grau às universidades do que, efetivamente, para promover a educação profissional técnica”.

Com a obrigação de oferta por todas as instituições de ensino, não houve condições de financiamento suficientes para atendimento a esta lei. Sendo que no início dos anos 80 a Lei

7.044/1982 torna facultativa a oferta da educação profissional. Ficando restrita às poucas, conforme destaque de Cordão (2005, p. 52) “instituições especializadas que haviam resistido ao vendaval provocado pela implantação caótica, confusa e burocrática da lei n. 5.692/1971”.

Cabe pontuar que a Lei 7.044/1982 foi aprovada e sancionada apenas em 1989, já na vigência da nova Constituição Federal (CF) de 1988. Que previa na seção I do capítulo III as diretrizes da educação, da cultura e do desporto. Definindo então, as condições para a oferta da “[...] educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, Art. 205 da CF de 1988). A criação do Plano Nacional de Educação (PNE), prevista no art. 214 da CF, foi aprovada somente 13 anos mais tarde, pela Lei nº 10.172/2001. Enquanto a ciência e tecnologia ocupam um capítulo específico, alterado pela Emenda Constitucional nº 85/2015, que adicionou a inovação, alterando a redação para “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação” (BRASIL, Art. 218 da CF de 1988).

Ainda em 1988 iniciaram as discussões da segunda LDB, no Congresso Nacional, num

[...] processo que culmina com a entrada em vigor de uma nova LDB, a Lei nº 9.394/1996, já quase não há mais 2º grau profissionalizante no país, exceto nas Escolas Técnicas Federais – ETF, Escolas Agrotécnicas Federais – EAF e em poucos sistemas estaduais de ensino (BRASIL, 2007, p. 15).

Pouco antes da publicação da nova LDB, é instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, por meio da Lei 8.948/1994, com a transformação das Escolas Técnicas Federais (ETFs) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que de acordo com Castro, Placido e Medeiros (2019, p. 65) “foram constituídos em unidade modelo da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico e absorvem as atividades das ETFs e das Escolas Agrotécnicas Federais”.

No ano seguinte à promulgação da LDB de 1996, ocorreu a reforma da educação profissional, pelo Decreto nº 2.208/1997, que desvinculou a educação profissional de nível técnico do ensino médio, intensificando novamente a dualidade entre a educação profissional e educação geral. Este decreto esteve vigente por 7 anos, até a publicação do Decreto nº 5.154/2004 que o revogou, mas sem excluir a dualidade, como explicado por Frigotto, Ciavatta

e Ramos, (2005, p. 26) o decreto de 2004 “[...] é fruto de um conjunto de disputas e, por isso mesmo, é um documento híbrido, com contradições”.

A Lei nº 8.948/1994 também proibiu a criação de novas instituições federais de ensino profissional, vigente por 11 anos, até a promulgação da Lei nº 11.195/2005, que revogou a proibição, dando início ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. Projeto este que “buscou melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país” (BRASIL, 2018). Neste sentido, Castro, Placido e Schenkel (2020) destacam que

Foi por meio da conquista da LDB que se promoveu a superação do enfoque assistencialista atribuído à Educação Profissional, sintetizado na expressão os “desvalidos da sorte”. Mas foi a experiência do Projeto Democrático Popular, de 2003 – 2016, que procurou dar um sentido geoestratégico e de desenvolvimento regional à Educação Profissional, a partir de compromissos históricos com projetos de educação e educação profissional integrada, em meio a imensas e intensas contradições no interior deste próprio projeto popular e em seu exterior, na forma de combate oculto e em outros momentos, radicalmente declarado. Porém, é em meio à execução desse projeto de Educação Profissional que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica dá um salto fenomenal no que se refere à expansão de suas unidades (CASTRO; PLACIDO & SCHENKEL, 2020, p. 350).

Na execução do plano de expansão, é instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), por meio da Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Essas instituições, espalhadas pelo país, são descritas como “[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]” (BRASIL, Art. 2º da Lei 11.892/2008). O ensino médio integrado, proposto para ser ofertado pelos IFs, é uma oportunidade, como dito por Padoin e Amorim (2016, p. 2) “de superação da histórica dualidade e fragmentação dos saberes no ensino profissional”.

## **O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE E A CIDADE DE IBIRAMA**

A Lei nº 11.892/2008 criou o Instituto Federal Catarinense (IFC) com a junção das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio com as Escolas Técnicas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina, denominadas como Colégios Agrícolas de Camboriú e Senador Carlos Gomes, este último na cidade de Araquari (IFC, 2018).

Conforme relatado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vigente no período de 2014 a 2018, após a criação do IFC

[...] a expansão ocorreu quase que imediatamente, estimulada pelo Programa de Expansão Federal. Assim novos câmpus do IFC surgiram em Videira, Luzerna, Fraiburgo, Ibirama, Blumenau e São Francisco do Sul. Na terceira etapa de expansão foram criados os câmpus Abelardo Luz, Brusque, São Bento do Sul e as unidades urbanas de Sombrio e Rio do Sul. No 1º semestre de 2014, o antigo Câmpus Sombrio (sede) passa a ser chamado Santa Rosa do Sul, devido ao câmpus estar no município de mesmo nome, ao passo que a Unidade Urbana transformou-se em Câmpus Avançado Sombrio (IFC, 2014).

No período de interiorização da oferta de educação profissional e tecnológica, em 2009, na Fase II do Plano de Expansão, ocorreu a doação, pela Prefeitura do Município de Ibirama, de um terreno e prédio anteriormente pertencentes à rede particular de ensino para o IFC. A doação foi condicionada à criação de um *campus* do IFC, conforme disposto “os imóveis doados serão destinados à implantação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense” (IBIRAMA, Art. 2º da Lei nº 2.611/2009).

Aqui faz-se um parêntese para uma breve contextualização da cidade de Ibirama. Com a criação da Sociedade Colonizadora Hanseática, em 1897, na cidade de Hamburgo na Alemanha, com principal objetivo a colonização “das terras devolutas dos vales dos rios Hercílio e Itapocu, concedidas pelo Governo de Santa Catarina” (IBIRAMA, 2021). A sede da colônia foi instituída na confluência dos Rio Itajaí-Açu com o Rio Itajaí do Norte, que recebeu o nome *Hansa-Hamônia*, sendo que a partir de 1899 as famílias colonizadoras foram se instalando na colônia, se “dedicando à agricultura e pecuária. Em pouco tempo, foram surgindo pequenas, porém promissoras atividades industriais” (IBIRAMA, 2021). No ano de 1934, a colônia foi reconhecida como município, tendo seu nome alterado para Ibirama, na língua indígena: *Ibi* significa terra, *Rama* significa abundância/fartura, portanto, “terra da fartura ou terra da abundância” (IBIRAMA, 2021).

Conforme dados disponíveis no portal do IBGE (2021), Ibirama possui população estimada em 19.238 habitantes, explora como principais atividades econômicas: a agricultura; o comércio; a confecção de têxteis; pequenas e médias empresas e o setor moveleiro. Quanto à educação, a cidade possui 2.608 estudantes matriculados no ensino fundamental, atendidos por 9 escolas e 793 estudantes matriculados no ensino médio, atendidos por 4 escolas (IBGE, 2021), uma delas o IFC *campus* Ibirama.

A implantação do IFC *campus* Ibirama ocorreu após o recebimento em doação de um

terreno contendo um prédio escolar pertencente ao antigo Colégio Hamônia, que ofertava educação da rede privada. A inauguração do Câmpus Avançado Ibirama do IFC ocorreu em fevereiro de 2010. As atividades de ensino iniciaram no segundo semestre do mesmo ano, ofertando o Curso Técnico em Informática nas modalidades subsequente e concomitante. A unidade teve vínculo de gestão ao *campus* Rio do Sul até fevereiro de 2011, quando a gestão passou à Reitoria do IFC, instalada em Blumenau (IMHOF, 2016; IFC IBIRAMA, 2017).

Também em 2011 iniciou a oferta dos Cursos Técnico em Eletromecânica, Informática e Vestuário integrados ao ensino médio. Em 2014 teve início a oferta do Curso Técnico em Administração integrado ao ensino médio e do Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda. Em 2016 teve início a oferta do Curso de Pós-Graduação em Educação e em 2017 a oferta do Curso de Pós-Graduação em Moda, atendendo à população da Região Geográfica Imediata de Ibirama-Presidente Getúlio com a verticalização do ensino, proposta na lei de criação dos institutos (IFC, 2017; IFC IBIRAMA, 2017).

Atualmente a instituição possui cerca de 60 servidores que atendem, cerca de 500 estudantes, mediante a oferta de educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas áreas de Administração, Informática e Vestuário, ensino superior em Design de Moda e especializações em Educação e em Moda (IFC, 2017; IFC IBIRAMA, 2017).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa busca apresentar a conceituação de história das instituições escolares, cultura escolar, educação profissional e educação profissional e tecnológica, e sua relação com a implantação de um *campus* do Instituto Federal Catarinense na cidade de Ibirama, no interior do estado de Santa Catarina. Sob a abordagem qualitativa, esta pesquisa é de natureza básica, pois propõe a ampliação do conhecimento já existente sobre a instituição investigada. Neste sentido, a metodologia escolhida para o levantamento dos dados foi a pesquisa em fontes bibliográficas, em especial as publicações periódicas, com foco em discussões sobre a história das instituições escolares de educação profissional e tecnológica, permeadas pela perspectiva da cultura escolar.

Para a construção do *corpus* do presente estudo, na busca de literatura que estabeleça um diálogo com a pesquisa, valeu-se de investigação junto às bases de dados científicos do Portal de Periódicos da CAPES e SciELO, considerando o recorte das produções publicadas no período de 2016 a 2021. Foram utilizados os seguintes termos de busca: história das instituições

escolares, educação profissional e tecnológica, cultura escolar e outros termos similares. Também buscou-se sobre história e cultura escolar do Instituto Federal Catarinense, de forma que não retornaram publicações atinentes ao IFC *campus* Ibirama.

Os resultados, separados em cada uma das bases de dados utilizadas, partindo das delimitações propostas, apresentaram os valores abaixo:

Quadro 1 – Resultados busca nas bases de dados

Portal/Base	Termo	Resultados	Selecionados
Periódicos Capes	História das Instituições Escolares	74	06
Periódicos Capes	Educação Profissional e Tecnológica	91	10
Periódicos Capes	Cultura Escolar	86	08
SciElo	História das Instituições Escolares	15	02
SciElo	Educação Profissional e Tecnológica	34	01
SciElo	Cultura Escolar	27	03

Fonte: Elaborado pelos autores.

No processo de leitura dos resultados apresentados, notou-se a recorrência de citação de autores específicos, de forma que se optou por trabalhar neste estudo, com as referências teóricas mais evidentes, considerando a reiteração desses autores no material selecionado. O acesso aos livros e artigos desses autores foi viável, de forma que também foram utilizados neste trabalho, mesclados aos artigos recuperados nas bases de dados. Em complemento às buscas realizadas nas bases citadas, utilizaram-se autores da temática estudados no programa do mestrado ProfEPT, além da produção de docentes e egressos do programa.

Os autores selecionados para a construção da fundamentação e discussões sobre cultura escolar e história das instituições escolares foram Julia (2001), Faria Filho *et al.* (2004), Magalhães (2004) e Placido, Benkendorf e Todorov (2021). Enquanto os autores Cordão (2005), Saviani (2007) e Castro, Placido e Medeiros (2019), foram utilizados na fundamentação da temática educação e educação profissional.

## ANÁLISE E RESULTADOS

O processo de construção da fundamentação teórica, aqui apresentada serviu como comprovação da pertinência da utilização da cultura escolar como categoria do constructo da história das instituições escolares, particularmente quanto às instituições de educação profissional e tecnológica. Iniciada a análise do material selecionado, nota-se a ausência de estudos, no caso do Instituto Federal Catarinense, acrescentado dos termos cultura escolar, história e Ibirama, fato que comprovou a inexistência de pesquisas sobre esta instituição.

Na sequência das análises, considerando a recorrência de citação de autores em vários

estudos, combinando-a ao objetivo da pesquisa em andamento, que deu origem a este trabalho, foi possível selecionar a perspectiva que atende ao objetivo da categoria escolhida para a pesquisa. Quanto à cultura escolar, na análise da documentação prevista, conforme metáfora de Julia (2001, p. 13) “a “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular”. Neste sentido, ao compreender que cada instituição escolar, no dia a dia de suas atividades, por ação e relação dos profissionais da educação, estudantes, responsáveis e comunidade, acabam por realizar a tessitura de sua própria cultura. A cultura escolar é parte integrante da história da instituição, não sendo possível separar a cultura escolar na construção desta história institucional. Perspectiva descrita por Magalhães (2004), ao tratar as relações entre os sujeitos como parte indivisível da história e da cultura escolar própria de cada instituição.

A atuação dos sujeitos no processo educacional, estabelece a cultura da escola, conforme Magalhães (2004), construindo a história da instituição. Neste sentido, ao se pesquisar sobre a história da instituição, deve-se ir para fora dos limites físicos do espaço escolar. A instituição constrói sua história diariamente, por intermédio das relações que os sujeitos constituem na comunidade escolar, seguindo as normas e práticas institucionais. Ao seguir estes ritos pré-estabelecidos, conforme Viñao Frago (1995) e Julia (2001), os sujeitos escolhem os aspectos mais significativos e aproximados de suas crenças. Esta escolha, individual de cada sujeito, reflete na constituição da cultura escolar da instituição.

Neste sentido, ao aprofundar a investigação, focando nas relações existentes na instituição escolar, aplicando a conceituação de Placido, Benkendorf e Todorov (2021), nas categorias de análise na perspectiva da cultura escolar. É possível identificar a permeabilidade, nas perspectivas escolhidas pelos sujeitos, ao expressarem suas ideias, da mesma forma que percebe-se o fluxo interativo estabelecido nos diálogos, permeando pelos ambientes físicos e sociais da instituição escolar (poros).

Assim considerando os resultados da busca bibliográfica, se crê ser viável, que na continuidade da pesquisa, se possa demonstrar a pertinência da cultura escolar e suas relações com a educação profissional e tecnológica, em particular na construção da história da implantação do IFC *campus* Ibirama.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na proposta de ampliar o acesso da população à educação profissional e tecnológica no Brasil, por meio da implantação de unidades em municípios do interior, o IFC recebeu em doação um prédio escolar então pertencente à rede particular de ensino, denominado antigo Colégio Hamônia, na cidade de Ibirama/SC em 2009. Neste prédio foi criado o IFC *campus* Ibirama e houve a transição de um espaço físico que abrigou uma escola particular para abrigar uma escola pública, em uma cidade do interior. A construção da história dessa transição busca compreender o processo de construção de identidade e cultura escolar da instituição, sob a perspectiva dos profissionais da educação, especialmente considerando a relação entre cultura escolar e EPT.

A leitura dos autores selecionados para este estudo, é elemento essencial para a construção da fundamentação teórica, pois a partir das análises realizadas, pode-se compor o *corpus* conceitual de história das instituições escolares, educação profissional e cultura escolar. Com a intenção de respaldar a construção da história sobre o processo de implantação do IFC *campus* Ibirama, entre 2010 e 2015, a partir da perspectiva dos profissionais de educação, que é o objetivo principal da pesquisa em andamento. O presente estudo não pretende esgotar as discussões sobre história das instituições escolares, educação profissional e cultura escolar, de forma que não é reservado à presente pesquisa, oportunizando a contribuição para demais pesquisadores dos temas aqui discutidos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciane Cristine dos Santos. **Reforma do Ensino médio: do discurso do “currículo atrativo aos jovens” aos interesses do capital em crise**. 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6688>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. **Carta de Lei de 25 de Março de 1824**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Lei Nº 378 de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. 1937a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/10378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm). Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. 1937b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 29 nov. 2021.



BRASIL. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm). Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm). Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Lei Nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. **Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17044.htm). Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Lei Nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8948.htm). Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 17 jul. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm). Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Lei Nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. **Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm#art1). Acesso em:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - MEC/SETEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 01 dez. 2021

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 31 mai. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - MEC/SETEC. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, 2017. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - MEC/SETEC. **Expansão da Rede Federal.** 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 16 jul. 2021.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 179-191. vol. I: século XVI-XVIII.

CASTRO, Cloves Alexandre; PLACIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: a geopolítica e a geografia política do processo histórico. *In* Tomazella, Marlon (org). **Educação, cultura e sociedade.** Série Reflexões, v. 4. João Pessoa: IFPB, 2019. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/236>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CASTRO, Cloves Alexandre; PLACIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331-355, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 26 nov. 2021.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, 177-229, 1990.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A Educação Profissional no Brasil. *In*: PARDAL, Luís; VENTURA, Alexandre; DIAS, Carlos (org.). **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual.** Campinas: Autores Associados, 2005. p. 43-106.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

FONSECA, Celso Suckow. **História de ensino industrial no Brasil.** v. 1. Rio de Janeiro, Tipografia da Escola Técnica Nacional, 1961.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Constituição histórica da educação no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/Santa Catarina/Ibirama**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/ibirama/panorama>. Acesso em: 01 set. 2021.

IBIRAMA, Prefeitura Municipal de. Lei nº 2.611, de 10 de Março de 2009. **Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar, os imóveis que menciona e dá outras providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/ibirama/lei-ordinaria/2009/262/2611/lei-ordinaria-n-2611-2009-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-a-doar-os-imoveis-que-menciona-e-da-outras-providencias?q=ifet>. Acesso em: 01 jun. 2021.

IBIRAMA, Prefeitura Municipal de. **Histórico e Formação Administrativa**. 2021. Disponível em: <https://www.ibirama.sc.gov.br/historico-e-formacao-administrativa>. Acesso em: 01 jun. 2021.

IFC - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2014-2018. Disponível em: <https://pdi.ifc.edu.br/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

IFC - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense. **IFC Campus Ibirama**. 2017. Disponível em: <https://ifc.edu.br/2014/05/13/campus-ibirama/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

IFC - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense. **Sobre o IFC**. 2018. Disponível em: <https://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

IFC Ibirama - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense - **Campus Ibirama**. Histórico. 2017. Disponível em: <http://ibirama.ifc.edu.br/historico/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

IMHOF, Sonia Schappo. **Formação em cursos de ensino médio profissionalizante: perspectivas de continuidade dos estudos e inserção no mercado de trabalho**. 2016, 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, Santa Catarina, 2016.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira De História Da Educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 23 jul. 2021.

KUENZER, Acacia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida. *In: Educação & Sociedade*, Campinas, ano 21, n.70, p.15-39, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LGpgCTxWgVvB3DYzKVWFjwJ/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições Educativas**. 1. ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

NOSELLA, Paolo.; BUFFA, Esther. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2013.

PADOIN, Egre.; AMORIM, Mário Lopes. O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais nesse contexto. *In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 15.*, Florianópolis. Anais.... Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. 14 p. Disponível em: [https://www.15snhet.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473984255\\_ARQUIVO\\_ARTIGOSNHCTENVIADO.pdf](https://www.15snhet.sbhc.org.br/resources/anais/12/1473984255_ARQUIVO_ARTIGOSNHCTENVIADO.pdf). Acesso em: 11 abr. 2021.

PLACIDO, Reginaldo Leandro; BENKENDORF, Shyrlei Karyna Jagielski; TODOROV, Denise Matiola. Porosidade e permeabilidade: Uma abordagem mesoanalítica em história das instituições escolares a partir da Cultura Escolar. **Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 4, p. 183–196, 2021. DOI: 10.21166/metapre.v4i.2221. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/2221>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em 07 mai. 2021.

SCHENKEL, Cladecir Alberto. **Gestão ambiental**: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13630>. Acesso em: 01/12/2021.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995. Disponível em: [http://anped.tempsite.ws/novo\\_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0\\_06\\_ANTONIO%20VINO\\_FRAGO.pdf](http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINO_FRAGO.pdf). Acesso em: 01 out. 2021.